

ANIVERSÁRIO DA ACL

Lúcio Alcântara

Todos inventam o inventado

Machado de Assis

Cumpre-se mais uma vez a tradição de se comemorar o aniversário de fundação deste sodalício em sessão solene que, invocando sua gloriosa trajetória, anime os operários da cultura, de modo particular os acadêmicos, a irradiarem a luz do facho aceso por seus fundadores em pioneira iniciativa antecessora na criação de congêneres, aí incluída a Academia Brasileira de Letras ora representada por um de seus ilustres membros, Joaquim Falcão, o que confere ao evento um brilho especial. Para não frustrar os que aguardam ouvi-lo, prometo a brevidade que poda excessos e alimenta expectativas.

A literatura cearense nasceu com os “Oiteiros”, tertúlias promovidas pelo Governador Manuel Ignácio Sampaio (1812-1820) para ouvir declamarem os vates locais. A essas primeiras manifestações literárias registradas se seguiu longo silêncio interrompido pela fundação da Academia Francesa (1873-1875) sucedida por variados grupos de escritores organizados em associações com fecundas intervenções no ambiente cultural da cidade. Leonardo Mota, em seu livro *A Padaria Espiritual*, ao inventariar as instituições voltadas para a cultura, identificou mais de cem grêmios literários e gabinetes de leitura sediados na capital e no interior. A relação cronológica abaixo contempla as mais relevantes, para melhor percepção do que foi um tempo áureo para o meio intelectual cearense:

Fênix Estudantil - 1870 (Iniciativa de Rocha Lima, então um adolescente de 15 anos)

Academia Francesa - 1873
Clube Literário Cearense - 1886
Instituto do Ceará - 1887
Padaria Espiritual - 1892
Centro Literário - 1894
Academia Cearense - 1894

O surgimento da Academia Cearense é uma espécie de epílogo desse luminoso período reconhecido por destacadas personalidades da inteligência brasileira em visita à Fortaleza ou informadas por terceiros. José Veríssimo, paraense, acadêmico, crítico de renome, afirmou ser “Fortaleza, depois do Rio de Janeiro, a cidade do Brasil onde é menos apagada a vida literária”. Valentim Magalhães, fluminense, acadêmico, jornalista e escritor, assim se manifestou: “O Ceará não para, o Ceará não cansa”. Aderbal de Carvalho, fluminense, jurista e escritor, que nos visitou em fins do Século XIX, saiu daqui com a seguinte impressão: “No Ceará a literatura chega a ser verdadeira mania, o cearense é literato por índole e por nascimento”. Toda essa excitação intelectual mereceu de Tristão de Athayde uma segmentação em três momentos distintos. Primeiro, o filosófico, quando a mocidade de Capistrano de Abreu, Rocha Lima, Araripe Jr, Tomás Pompeu de Sousa Brasil e outros moços de relevo influenciados pela Escola de Recife, inspirados nas ideias de Darwin, Taine e Comte, ao fundarem a Academia Francesa moveram tenaz combate, em nome da ciência, ao tradicionalismo, ao clero, em defesa da liberdade religiosa e da instrução pública. Movidos por um radicalismo filosófico, destinado a remover tudo que lhes parecesse um anacronismo social, ofereciam a doutrinação aos pobres e operários, no turno da noite, através da Escola Popular. Na trincheira oposta do conservadorismo esgrimia o verbo Manoel Soares da Silva Bezerra, homem culto, professor do Liceu e político, dando azo a acérrimo debate travado pelos jornais e nos auditórios da capital. O segundo ficou marcado pelo aparecimento do jornal

Libertador, sentinela da luta abolicionista e republicana, e do Clube Literário, desdobramento da Academia Francesa que editava a revista *A Quinzena*. Finalmente, o terceiro, mais estritamente literário, com a prevalência da Padaria Espiritual, associação boêmia, irreverente e antiburguesa, sem escola literária definida. Esta, sem dúvida o mais original e divulgado empreendimento intelectual do Ceará, brotado da liderança e espírito criativo de Antônio Sales, “gentil figura”, autor do curioso programa-manifesto com 48 tópicos que falavam de coisas sérias com um sotaque jocoso. Para sacudir o marasmo então vigente nas letras cearenses, Sales julgou que só uma ação escandalosa poderia reverter a apatia reinante. Disso cuidou com notável êxito. O local das reuniões, assistidas pelo povo, era o “forno”, as sessões, “fornadas” e os 34 membros, “padeiros”, cada um com um “nome de guerra”. O jornal do grêmio chamava-se *O Pão*, no conjunto construiu-se uma colossal metáfora do alimento espiritual que pretendiam servir ao público. Surpreendente foi a repercussão alcançada pela novel entidade nos maiores centros, Rio de Janeiro e São Paulo, graças ao seu ineditismo e uma estratégia de comunicação articulada pelo seu mentor Moacir Jurema (Antonio Sales). Mais tarde, uma dissidência do grupo, reunida a outros nomes ilustres, constituiu o Centro Literário, responsável pela publicação do periódico *Iracema*.

A Academia Cearense, no dizer de Luís Sucupira, foi “o arremate seguro e definitivo daquela fase de agitação intelectual que tanto exaltou a cultura e a inteligência dos cearenses”. Integrada por homens experientes, alguns egressos da Academia Francesa, livre de radicalismos, confluência de ideias, cenáculo democrático, cujo perfil assim definiu seu presidente Tomás Pompeu, junto com o Barão de Studart dois entusiastas da ideia: “Aberta a todas as crenças e opiniões sinceramente admitidas, porque neste recinto todos têm os mesmos direitos de cidade, as mesmas garantias de externalização, os mesmos tributos de respeito e homenagem, é um campo aberto a todos os romeiros da inteligência no centro do qual

ergue-se o altar da única divindade que adoramos – a tolerância”. Deste dirigente, seu colega na Câmara dos Deputados, assim falou o Conde Afonso Celso em seu livro *Oito Anos no Parlamento*: “Tomás Pompeu de Sousa Brasil, leitor infatigável, sempre a par dos últimos livros publicados, esquivo à tribuna, patenteava nas palestras sólida e extensa erudição”. Criada nos moldes da Academia de Ciências de Lisboa, a Cearense confere maior destaque à ciência como se depreende da leitura do Artigo 1º do seu Estatuto¹², tanto assim que Justiniano de Serpa, orador oficial, ao discursar na sessão fundante, denomina seus membros de “trabalhadores da ciência”. O teor da proposta levou Eduardo Campos a estranhar o interesse secundário pela literatura, o que justificaria a ausência em seus quadros de conceituados escritores tais como Adolfo Caminha, Rodolfo Teófilo e Antonio Sales. Sucessivas alterações estatutárias resultaram no formato atual¹³, que prioriza a literatura sem descurar de outras áreas do conhecimento. Nessa primeira fase integravam-na 27 membros fundadores sem a designação de patronos. Ao empenho da corporação pode ser creditada a instalação da Faculdade de Direito (1903), primeira unidade de ensino superior do Ceará. À fase inicial seguem-se três outras, pontuadas por circunstâncias críticas que ameaçavam a continuidade institucional. Em 1922, Leonardo Mota em conferência na Casa de Juvenal Galeno alertou para o declínio do órgão em decorrência de mudanças e desistências de sócios, concitando o Governador Justiniano de Serpa, ali presente, a liderar sua revitalização. Restaurada, nomeada Academia Cearense de Letras, passou a contar com quarenta cadeiras, devidamente patroneadas,

12. “Artigo 1º. A Academia Cearense, fundada nesta capital a 15 de agosto de 1894, tem como principais intuítos: *promover o exame das doutrinas e questões literárias e científicas da atualidade por meio de pareceres, memórias, livros que serão entregues à publicação, ou por discussão, nas atas das respectivas sessões; *acompanhar o movimento intelectual dos povos cultos por meio de exposições escritas das principais teorias, problemas e questões tratadas em revistas especiais ou obras nacionais e estrangeiras”.

13. “Artigo 1º A Academia tem por finalidade a preservação, o cultivo e desenvolvimento da literatura e da produção científica, filosófica e cultural, reconhecida como de qualidade superior no âmbito da sociedade cearense”.

espelhada no modelo francês. A inclusão de uma mulher, a poetisa Alba Valdez – pseudônimo de Maria Rodrigues Peixe –, no elenco de sócios antecede em 55 anos a admissão inédita (em 1977) da conterrânea Rachel de Queiroz na Academia Brasileira de Letras. Crise recorrente acometeu-a em 1930, assistida pelo Governador Matos Peixoto, apoiado pelo irrequieto militar e historiador Valter Pompeu, sob a égide de um desejo patente de mudança, encarnado por jovens intelectuais, do clima de estagnação nesse tempo dominante. A morte de Serpa e a queda de Matos Peixoto, quando da Revolução de 30, acabaram por comprometer os resultados dos esforços despendidos. Na ocasião, cogitou-se da criação de uma nova academia sob outra denominação. Acalmados os ânimos manteve-se o nome, com algumas alterações de integrantes e patronos. Em 1951 operou-se, em nome do bom senso, a fusão da Academia Cearense de Letras com a Academia de Letras do Ceará, preconizada por Mário Linhares, criada ainda em 1930 no âmbito da Casa de Juvenal Galeno, acomodados patronos e titulares. Presidida à época por Dolor Barreira, passou a funcionar regularmente estando hoje abrigada no histórico Palácio da Luz, antiga sede do Governo Estadual. Note-se que as remodelações levadas a cabo sempre se deram observado o princípio de continuidade da matriz pioneira.

O Ceará tornou-se conhecido como um estado exportador de gente banida pela seca e a pobreza, braços épicos que extraíram a borracha na selva amazônica e fizeram a grandeza cosmopolita do Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse formidável êxodo havia um contingente numericamente pouco expressivo de uma elite letrada que arribava em demanda de horizontes mais promissores. No Rio de Janeiro, centro político, econômico e cultural do país, muitos lograram ascender nas diferentes atividades humanas em que a sociedade se divide. É dessa conexão cultural em particular, estabelecida entre a Província e a Corte no ocaso do Império e albores da República, em torno da Academia Brasileira de Letras e da figura estelar de Machado de Assis, que pretendo vos falar, de forma contida como o tempo cobra.

O advento da República favorece as prometidas medidas de descentralização do poder já demandadas pelos liberais no quartel imperial, mudanças que repercutem na cultura nacional. A recusa à perda dessa hegemonia cultural por parte da antiga Corte transparece na declaração de Machado de Assis quando da instalação da Academia, que a seguir reproduzo: “O nosso desejo é conservar, no seio da federação política a unidade literária”. O acadêmico Luís Edmundo, mais explícito, desdenha da eflorescência literária dos estados ao dizer: “Centros literários nos estados parece pilhéria, quando o próprio país não pode ainda criar um centro literário à parte”. Nada poderia ser mais a favor da concentração da inteligência... Convém lembrar que na gestação do projeto o pensamento original imaginava o novo órgão como um departamento governamental. A proposta não foi acolhida por ser considerada incompatível com os propósitos do novo regime. Mesmo a cessão de um prédio pelo governo – a título de sede – e a concessão de recursos financeiros para viabilizar o funcionamento da nova sociedade tardaram, mas de qualquer maneira vincularam-na ao poder, semelhante ao acontecido com as que lhe secundaram, condição por mim apreciada em palestra que proferi no “Ciclo de Conferências da Academia Cearense de Letras” no ano de 2014: *Academias, a Proximidade com o Poder – O Caso Cearense*. Instituições culturais criadas no Século XIX, em meados da centúria seguinte tiveram seu protagonismo revisto desde quando o Estado expandiu consideravelmente sua presença na área do ensino superior. A falta de fundos e o ônus de arcar com o custo de sedes imponentes e vetustas levou algumas à penúria e consequente dependência dos cofres públicos.

Em breve pesquisa, coligi nomes de cearenses que residindo no Rio de Janeiro gravitaram ao redor de Machado de Assis e sua obra em intensidade variável, no geral de forma elogiosa e em menor número de cunho crítico. Desde a fundação da Academia Brasileira de Letras os cearenses estiveram presentes: na memória de José de Alencar, patrono da cadeira 23 escolhido por Machado,

e nas pessoas de Araripe Júnior e Clóvis Beviláqua, na condição de sócios efetivos. Preenchidas as 30 vagas iniciais pelos participantes da costumeira reunião na sede da *Revista Brasileira* e seus afilhados, procedeu-se à eleição para completar as 10 vagas restantes. Nessa etapa competiu, sem sucesso, outro cearense, Domingos Olympio, já escritor consagrado. Os primeiros anos da Academia não foram fáceis. O esperado apoio do governo tardava, o que dificultava sua consolidação. Atento ao problema, Joaquim Nabuco escreve a Machado de Assis, por mais de uma vez, sugerindo que a Academia admitisse vultos destacados na sociedade que lhe dessem publicidade e prestígio para firmar sua existência. Na correspondência enviada da Europa ao amigo presidente, datada de 6 de dezembro de 1901, expôs com clareza seu pensamento sobre o que viria a ser conhecida como “teoria dos expoentes”. Assim se expressou: “Você sabe que eu penso dever a Academia ter uma atmosfera mais lata do que a literatura exclusivamente literária para ter maior influência. Nós precisamos de um certo número de *grands seigneurs* de todos os partidos. Não devem ser muitos, mas alguns devemos ter, mesmo porque isso populariza as letras”. Convencido Machado de Assis, elege-se o Barão do Rio Branco em 1898, precursor da estirpe no sodalício, Ministro de Relações Exteriores desde 1902. Com a anuência tácita do líder, Rio Branco acaba por montar uma bancada de seguidores, muitos deles diplomatas, o que lhe confere peso decisivo nas eleições para preenchimento de vagas. De certo modo a Academia se torna linha auxiliar da política externa do país. Domingos Olympio, cearense de Sobral, jornalista, advogado conceituado, dramaturgo e romancista, autor de *Luzia Homem*, foi preterido nas três tentativas que fez para ingressar na academia. No semanário *Anais*, de sua propriedade, com o pseudônimo de Pojucan, cometia críticas contra a política externa brasileira atraindo para si a inimizade do Barão. Este, aliado com Machado de Assis, elegeu Mário de Alencar, filho de José de Alencar, um candidato com obra incipiente. Medeiros de Albuquerque qualificou o episódio de primeiro escândalo da Academia Brasileira de Letras.

José de Alencar e Machado de Assis foram grandes amigos, digo melhor, admirações mútuas. Alencar, ao saudar o amigo a propósito do ensaio *Instinto de Nacionalidade*, publicado em Nova York, entronizou-o como o primeiro crítico brasileiro. No ocaso da vida, caminhando os dois no Passeio Público, o romancista cearense, preocupado com o futuro, indagava ao companheiro que destino a posteridade reservava à sua obra. A estátua erigida no Rio de Janeiro, a eleição de Mário de Alencar para a Academia, foram homenagens póstumas de Machado a quem considerava sua maior admiração literária, “seu primeiro tributo de admiração,” possuidor de indiscutível mérito, mas a omissão em defendê-lo nas polêmicas travadas com Joaquim Nabuco e José Feliciano de Castilho foi alvo de censura pelos cearenses Frota Pessoa e Abelardo Montenegro, entre outros. Arredio, dado como avesso a controvérsias, Machado de Assis nunca se defendeu quando atacado; as respostas vinham sempre por terceiros. A única vez que o fez foi para contestar o virulento João Brígido, fluminense, advogado, jornalista e historiador, ex-deputado geral radicado no Ceará, que o acusou pelo jornal de favorecimento administrativo à parte que seria patrocinada pelo Conselheiro Araripe, escândalo que não se confirmou.

Antônio Sales, incompatibilizado com a política local, transferiu-se para o Rio de Janeiro (1897) onde desenvolveu intensa atividade na imprensa e estabeleceu rapidamente uma extensa e sólida rede de relações com intelectuais, de logo identificado como o artífice da singular associação que fora a Padaria Espiritual. Aclimatado na capital, participou regularmente das reuniões na sede da *Revista Brasileira* dirigida por José Veríssimo, integrado na “roda ilustre” sob a liderança de Machado de Assis de quem veio a se tornar grande amigo – dos cearenses diz-se ser quem melhor o conhecia. Fundada a Academia, recusou o convite para a integrar, vencido por insuperável timidez e alegado espírito antiacadêmico. No entanto, para atender pedido de Veríssimo, elaborou perfis dos acadêmicos bem recebidos pelo público. À formalidade acadêmica

preferiu o convívio com os amigos nos encontros sociais e nos convescotes mensais da “panelinha”. No dizer de Tristão de Athayde, na vida optou pela penumbra. Exerceu intensa atividade jornalística, enquanto hábil epigramista zurziu a vida do Ministro Seabra e do Diretor da Saúde Pública, Nuno Andrade, cuja demissão exigia, ao criar o mote tantas vezes repetido: “tudo passa e o Nuno fica”. Funcionário do Tesouro Nacional foi em represália transferido para o Rio Grande do Sul num exílio de sete meses. De volta ao Ceará (1919) retoma o ativismo cultural, prestigia e estimula os novos, escreve bastante, mantém copiosa correspondência e acaba por assumir a presidência da Academia Cearense de Letras, tendo realizado alentada obra dispersa em conferências, livros e artigos de jornal.

Capistrano de Abreu, de temperamento arredio, foi outro dos amigos de Machado a recusar a distinção acadêmica invocando ser “avesso aos agrupamentos humanos”. Aliás, já se opunha à ideia de uma academia antes mesmo de sua criação. Na *Gazeta de Notícias*, coluna “Livros e Letras”, comentava a obra do mestre com quem se correspondia com frequência e era colega nas aulas de alemão tomadas a um professor particular. Ao aparecer, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* causou estranheza, segundo Brito Broca, levando Capistrano a interrogar pelo jornal e em carta ao autor: “O que é Brás Cubas em última análise? Romance? Dissertação moral? Desfastio humorístico?” Ao trazer a novidade deixava perplexo o atilado Capistrano.

Araripe Junior, acadêmico fundador, foi um crítico nem sempre benévolo para com Machado, que chegou a se queixar das pancadas que levava do amigo. Sugere um outro fim para Sofia, personagem do romance *Quincas Borba*, critica os perfis femininos de Machado ao dizer que lhes falta a “figura dos aguerridos salteadores de alcova”. Frota Pessoa, no livro *(Polêmica e Crítica*, tece duras críticas à posição da Academia Brasileira de Letras contrária aos centros literários nos estados. Tem Machado como um poeta correto

e frio e *Dom Casmurro*, que julga inferior, “pedacinhos de vida, pedacinhos de alma, vistos como através de um buraco de fechadura”. Segundo o qual o livro se resume a Capitu.

Franklin Távora, que chegou a fundar uma Associação de Homens de Letras do Brasil (1877), portanto anterior à Academia, era visto com restrições devido às críticas feitas à Alencar e rejeitado por Machado de Assis por pregar a divisão da literatura brasileira entre o Norte e o Sul. Clóvis Beviláqua, outro fundador, considerava que os livros de Machado tinham pouca receptividade junto aos nordestinos. Com sua esposa, a poetisa Amélia de Freitas, impedida de concorrer a uma vaga na Academia, abandona-a de vez.

O resumo revela parte do que foi a exuberante atuação de parcela da comunidade culta cearense nesse intervalo de grande efervescência intelectual carioca. Da fundação até os dias de hoje apenas quatro cearenses, Heráclito Graça (1906), Gustavo Barroso (que não amava o ídolo, 1923), Raimundo Magalhães Júnior (1956) e Rachel de Queiroz (1977), quando rompe o tabu da misoginia na Academia Brasileira de Letras. O último alencarino a disputar uma vaga no silogeu brasileiro (2000) foi Artur Eduardo Benevides, professor, poeta, festejado nacionalmente, ex-presidente de nossa Academia que obteve votos de escol mas não logrou vencer. O que se terá passado para um jejum tão prolongado? Certamente não terá sido por falta de talentos naturais da nossa terra fértil de literatura. Talvez nos falte o eco da mídia, nas suas diversas modalidades, capaz de construir ídolos e aureolar gênios. Ou um olhar mais atento para o que acontece nas províncias distantes do epicentro cultural, obra prima da natureza que é, apesar de tudo, a sempre maravilhosa cidade do Rio de Janeiro? Calma, não estou a sugerir o sistema de cotas tão em voga nos dias atuais. Apenas alerta para essa pluralidade de procedências que pode dar mais consistência institucional à “unidade literária” imaginada por Machado de Assis. Não me arriscaria a sugerir nomes habilitados a tão elevada mercê afim de não incorrer

em imperdoáveis omissões. Todavia ocorre-me alguém que por muitos méritos irrefutáveis merece uma recomendação consensual. Refiro-me à escritora Ana Miranda. Assim o confrade Joaquim Falcão não deixará esta fraterna convivência com o bernal vazio.

Senhoras e Senhores, o risco que correm as academias mais antigas, tais as nossas, é o anacronismo, a obsolescência. O desafio posto é o de renovar-se sendo tradicional. Acolher a diversidade de manifestações da cultura, inclusive seus críticos, evitar que se torne um mausoléu de gente viva, parada no tempo, envolvida apenas em seus projetos pessoais. A imortalidade acadêmica, além de uma aventura pessoal, é obra coletiva inspirada nos ideais que impulsionam a busca dos fins colimados. Sejam dignos da glória conquistada!

Fortaleza, 17 de agosto de 2023